

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**PATRÍCIA BARBOSA VIEIRA**

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA  
INTELLECTUAL NA ESCOLA REGULAR**

**NATAL/RN  
2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**PATRÍCIA BARBOSA VIEIRA**

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA  
INTELECTUAL NA ESCOLA REGULAR**

Artigo apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia de Araújo Ramos Martins

**NATAL/RN  
2015**

**PATRÍCIA BARBOSA VIEIRA**

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA  
INTELECTUAL NA ESCOLA REGULAR**

Artigo apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para obtenção do título de licenciada em Pedagogia.  
Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Lúcia de Araújo Ramos Martins  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

---

Profa Dra. Katiene Symone de Brito Pessoa da Silva  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

---

Profa. Dda Érika Soares de Oliveira Araújo – PPGEEd /UFRN  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

**NATAL/RN  
2015**

# **O PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA ESCOLA REGULAR**

Patrícia Barbosa Vieira

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia de Araújo Ramos Martins

## **RESUMO**

O presente trabalho foi construído com o intuito de detalhar alguns aspectos relativos às especificidades e aos direitos dos indivíduos que apresentam deficiência intelectual, no tocante à educação numa perspectiva inclusiva. Esses merecem ser tratados como iguais, pois todas as pessoas têm potencialidades e limitações, não é uma deficiência que as torna incapaz. Para tanto, empreendemos uma pesquisa bibliográfica, baseamo-nos em livros de autores renomados da área, abordando temas relevantes, versando sobre deficiência e Educação Inclusiva, bem como na pesquisa documental. Nesse sentido, recorreremos a algumas leis que foram criadas, com vistas a tornar obrigatória a prática educacional com esses educandos na escola regular. Detalhamos aspectos relativos ao processo de exclusão, integração e inclusão das pessoas com deficiência intelectual, do respaldo legal à Educação Inclusiva e, por fim, sobre algumas conquistas que estão surgindo na área. Entre tais conquistas, destacamos o Atendimento Educacional Especializado (AEE), criado com o intuito de ministrar apoio às pessoas que precisam de ajuda mais específica na escola regular, local onde é possível construir conhecimentos, partindo das especificidades de cada um, autonomia e de repassar o saber. Diante do estudo empreendido, entendemos que é preciso que existam mudanças: nos conceitos relativos às pessoas com deficiência intelectual existentes, na educação que lhe é ministrada, no trabalho empreendido pela comunidade escolar para que a Educação Inclusiva seja aplicada de forma efetiva a todos os educandos, livre de preconceitos e de discriminação.

**Palavras-chave:** Deficiência Intelectual. Preconceito. Educação Inclusiva.

## 1. INTRODUÇÃO

É possível perceber que, ao longo dos anos, a sociedade em todo o mundo e no Brasil vem gradativamente sofrendo mudanças em relação à forma de reconhecer a diversidade social existente. Aos poucos vem sendo reconhecido que as pessoas são diferentes entre si e que todos precisam se adaptar à diversidade existente.

No entanto, muitos indivíduos tidos como diferentes ainda são ignorados e marginalizados, como se a convivência com os mesmos fosse ruim para a sociedade. Um dos grupos historicamente excluídos, em todos os âmbitos da sociedade, é formado pelas pessoas com deficiência.

Foram criados, inclusive, estereótipos em relação às pessoas com deficiência e, especialmente, no tocante às que apresentam Deficiência Intelectual (DI). Essas são julgadas, muitas vezes, como agressivas e incapazes de construir conhecimento, o que contribuiu muito para agravar ainda mais a exclusão e segregação.

Foi levando em consideração a falta de informação e de divulgação dos novos conceitos, que estão sendo construídos sobre a deficiência intelectual e a Educação Inclusiva que decidi empreender um estudo sobre a temática, como forma de valorização do respeito à diversidade e à Escola Inclusivista. Instituição essa que hoje busca receber, aceitar e fazer mudanças para atender às diferenças, livre de preconceito, pautada em informações e estudos concretos, voltados para a melhoria da educação e da vida dessas pessoas.

Este artigo foi elaborado baseado em pesquisas bibliográfica e documental, partindo do estudo de materiais que foram construídos ao longo dos anos, por pesquisadores renomados, que se dedicaram e ainda se dedicam em garantir os direitos das pessoas com deficiência, com foco na desmistificação de conceitos mal elaborados, libertando-os de preconceitos.

Entendemos que a pesquisa bibliográfica é um processo relevante, pois “[...] procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas (em livros, revistas, etc.). Pode ser realizada independentemente, ou como parte de outros tipos de pesquisa” (RAMPAZZO, 2005, p. 53).

Por sua vez a pesquisa documental,

[...] procura os documentos de fonte primária [...] encontrados em arquivos, fontes estatísticas e fontes não escritas.

Os arquivos, por sua vez, podem ser públicos e particulares e os arquivos públicos podem ser nacionais, estaduais e municipais.”

(RAMPAZZO, 2005, p. 51)

No decorrer desse trabalho buscamos tratar, de forma clara e objetiva, alguns aspectos relativos à história das pessoas com DI, mostrando um pouco de como foi feita e como ainda é empreendida a educação dessas pessoas.

Segundo Martins e Dantas (2011), tais indivíduos nos dias atuais ainda acarretam medo e frustração, por não compreenderem que eles são capazes de aprender. Para isso é preciso fazer um trabalho voltado para eles e suas especificidades. Será exposto também o processo de evolução da educação brasileira voltada para essas pessoas com deficiência, que no primeiro momento foram excluídas, depois foram aceitas em lugares específicos para elas, em seguida tiveram que se adaptar para serem inseridas nas escolas regulares, mas sem nenhuma adaptação para elas, até chegarmos à proposta da Educação Inclusiva, nesse momento são as escolas e os professores que devem se adaptar às novas necessidades do ensino.

Para confirmar essa evolução das propostas de ensino e de aceitação na sociedade dos indivíduos com deficiência intelectual que foram ignorados por tantos séculos, detalhamos alguns aspectos do respaldo legal, que propõe em forma de algumas leis e documentos, instrumentos de obrigatoriedade da educação para todos, livres de preconceitos.

O trabalho é finalizado, situando como uma das conquistas para esse grupo o serviço de Atendimento Educacional Especializado realizado na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), espaço destinado para todos os educandos necessidades educacionais especiais, o qual deve ser oferecido preferencialmente no espaço escolar, no contra turno. Na SRM os profissionais oferecem serviços com o intuito de minimizar as dificuldades de cada aluno, que precisa de apoio para conseguir evoluir e conquistar a sua autonomia.

Realizado os estudos é possível perceber que muito já foi feito para as pessoas com deficiência, mas muito ainda precisa ser desenvolvido, divulgado e

conquistado, para que seja possível que todos consigam colocar em prática seu direito à educação plena, tornando-a acessível e inclusiva.

## **2. PERCEBENDO AS DIFERENÇAS E OS DIFERENTES**

As pessoas com Deficiência Intelectual (DI), em decorrência da falta de informações à população, foram e, muitas vezes ainda são excluídas da possibilidade de vivenciarem muitas etapas importantes em sociedade, o que acaba gerando preconceitos e interfere no processo evolutivo e suas capacidades sociais, motoras e intelectuais. Informações essas que, por muitas décadas, não foram pensadas e articuladas, pois não havia interesse em ajudar a essas pessoas. A alternativa era simplesmente renegá-las e escondê-las. As famílias faziam isso para que não fossem maltratadas, sem compreender que essa exclusão também era uma forma de maltrato ao “ego” destes parentes.

Por muitos séculos as pessoas com alguma deficiência – seja ela física, intelectual ou sensorial – foram maltratadas, escondidas, excluídas, tratadas com desprezo como se fossem aberrações da natureza. Mas, lentamente, por causa dos estudos que foram surgindo devido ao interesse de algumas pessoas, esse quadro negativo começou a ser mudado. A deficiência passou a ser tratada como algo real, pertencente à realidade do mundo e que, conseqüentemente, precisava ser compreendida, estudada e analisada.

Os primeiros estudos empreendidos foram para tentar reverter esse quadro, na busca de “*curar*” as pessoas com deficiência. Foram, porém, necessários muitos anos para ser percebido que muitas dessas deficiências não poderiam ser evitadas e que, em sua maioria, não eram curáveis. Foi nesse momento que começaram a compreender a importância de educar e de inserir tais indivíduos na sociedade, pois eram seres humanos comuns, como quaisquer outros, só que com algumas limitações e particularidades.

Quando se começou a dar mais atenção às pessoas com DI, iniciou-se um processo muito lento de aceitação e compreensão da sociedade em relação a essa

minoria, que historicamente foi excluída do meio social. Isto traria bons resultados para ambas as partes, mas para que isso acontecesse era preciso o envolvimento de todos. Assim, os pais foram incentivados a deixar de esconder seus filhos na segurança de seus lares, para que o outro pudesse perceber suas peculiaridades. Com isso, lentamente, surgem instituições e profissionais especializados para atendê-los em suas necessidades individuais.

Para Sasaki (1997), conversar e esclarecer a sociedade a respeito de aspectos relativos às possibilidades e limitações das pessoas com deficiência, entre as quais as que apresentam Deficiência Intelectual (DI), é algo indispensável para que dúvidas deixem de existir e preconceitos sejam quebrados, assim como para que mais conhecimentos sobre o tema sejam construídos coletivamente. Isto ajudaria a todas as pessoas nessa condição a melhor se inserirem no ambiente familiar, escolar e social.

É preciso, portanto, conversar sobre o tema, pois fingir que não existem dificuldades a serem enfrentadas é simplesmente ver que algo precisa ser feito e, mesmo assim, ninguém buscar soluções, propagando ainda, em pleno ano de 2015, preconceitos e atitudes que excluem cada vez mais as pessoas com DI, que tanto já sofreram com a exclusão e que ainda sofrem.

Essa falta de esclarecimento ainda leva muitas pessoas a associarem o termo *deficiência* à *invalidez*, o que favorece o agravamento do quadro de limitações que esses indivíduos podem ter, devido à falta de uma estimulação adequada, desde a idade mais precoce (SASSAKI, op.cit).

Tais pessoas esquecem que cada ser é diferente, único, tem suas particularidades e que nunca encontraremos uma pessoa igual à outra. Tem que ser mudado o foco do olhar sobre tais indivíduos – que está ainda centralizado nas suas dificuldades e limitações – para um olhar direcionado às muitas possibilidades de desenvolvimento que cada um pode ter, apresentando ou não uma deficiência.

Nesse sentido, pesquisadores de várias áreas, inclusive médicos e educadores, vêm sendo desafiados – especialmente nas últimas décadas – a aprofundar cada vez mais conhecimentos na área, para que seja possível compreender, de forma científica, que as pessoas com DI não são seres incapazes,



agressivos, desenganados intelectual e fisicamente. Eles têm limitações, como qualquer outra pessoa, só que no caso deles, isso ocorre de forma mais agravada. No entanto, podem evoluir desde que seja feito um trabalho planejado, considerando suas especificidades, sem preconceito, com o único intuito de ajudá-los a se desenvolver.

Para Raiça (2006), o fato de alguns profissionais da área médica ainda tratarem as pessoas com DI como seres agressivos e incapazes de viver em sociedade e de evoluírem, dificulta toda a sua interação com as demais e com quem convivem, até mesmo no ambiente familiar. Isto decorre do fato de que, desde o diagnóstico, os primeiros contatos da família e do próprio indivíduo com DI são com médicos, que, comumente, só conseguem perceber as dificuldades e as limitações de seus pacientes, utilizando métodos técnicos para fazerem o diagnóstico e até mesmo para comunicar a situação do paciente à família.

Outro aspecto a destacar é que, devido ao fato desses profissionais utilizarem comumente muitos termos técnicos, isto dificulta ainda mais a compreensão de toda a situação dos filhos por parte dos pais. Estes só querem o bem para suas crianças, mas se sentem “perdidos”, sem compreender o que está acontecendo, o que os faz ficar sem saber como agir. Isto os leva, muitas vezes, a segregar seus filhos no lar, achando que assim estarão longe da maldade do homem e do mundo, pois se a família que tem todo um laço afetivo com o filho comumente não consegue fazer algo que possa ajudá-lo, a sociedade desinformada e preconceituosa não saberá mesmo como tratá-los. (RAIÇA, op. Cit.)

Em grande parte dos casos, o luto é a primeira reação dos pais, que não conseguem entender como aquilo aconteceu com eles, qual a culpa que têm, porém, esses são questionamentos que comumente não têm respostas, assim como tantos outros que surgem no decorrer da convivência com o filho. Os pais travam uma luta constante por respostas, por consolo, por experiências exitosas, por conquistas, tudo em busca de melhorias que possam ajudar no desenvolvimento de seu filho, que é diferente, pois a diferença é a essência do ser humano (LIMA, in MARTINS et al, 2006). No entanto, por isso não deve receber menos atenção e cuidado do que se fosse “normal”. Essa relação entre os pais e uma criança com deficiência é detalhada por Buscaglia (1997, p. 98), ao destacar:

Exercer a função de pais de uma criança deficiente é um papel novo e complexo. Para executar essa extraordinária tarefa, os indivíduos devem dispor de um diagnóstico médico compreensível, conforto no que se refere a sentimentos de culpa, incerteza e medo, alguma idéia vaga do que o futuro reserva para eles e os filhos e, principalmente, muita esperança e encorajamento no sentido de ajuda-los a aceitar o desafio que têm pela frente.

A comunidade científica, portanto, tem que reorganizar seus conhecimentos e construir explicações concretas e simplificadas, baseadas em fatos reais, sobre a evolução que essas pessoas tão estigmatizadas estão tendo ao longo dos anos, devido ao envolvimento de profissionais interessados em ajudá-las a se sentirem como seres pensantes, capazes de se tornar independentes. No entanto, para isso é preciso ainda muito trabalho, estudos e pesquisas, pois não é fácil desconstruir um conhecimento que foi tratado com supremacia por tanto tempo, mesmo que ele já tenha sido desmistificado e percebido de que não corresponde totalmente à realidade atual.

### **3. UMA VISÃO SOBRE A EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

Com os avanços nos estudos a respeito das potencialidades das pessoas com DI começou a ser percebida a necessidade de educá-las, formalmente, em espaços especializados e com profissionais capacitados para isso. Nesse momento surgiu a Educação Especial, que visava desenvolver, em espaços ou classes específicas, o desenvolvimento pedagógico, físico e psicológico de seus alunos, utilizando ferramentas e métodos que foram criados e/ou reformulados para atender às necessidades de cada educando com deficiência, de forma particular.

É possível perceber essa especificidade da Educação Especial quando Glat; Blanco (2009, p.15) afirmam:

A Educação Especial tradicionalmente se configurou como um sistema paralelo e segregado de ensino, voltado para o atendimento especializado de indivíduos com deficiências, distúrbios graves de aprendizagem e/ou de comportamento, altas habilidades ou superdotação. Foi caracterizando-se como serviço especializado por agrupar profissionais, técnicas, recursos e metodologias específicas para cada uma dessas áreas. Estes especialistas se responsabilizavam pelo ensino e aprendizagem dos alunos então chamados de “especiais”, mesmo quando estes participavam de turmas comuns em escolas comuns.

Por um longo período a Educação Especial foi vista como algo indispensável para o desenvolvimento das capacidades físicas, motoras e, em alguns casos, intelectuais das pessoas com DI, dependendo do grau de déficit intelectual, pois “[...] se constitui originalmente a partir de um modelo médico ou clínico” (GLAT, BLANCO, op.cit, p.19). Ou seja, era formulada e estruturada com profissionais da área médica, que visavam tornar esse indivíduo o mais “*normal*” possível, adaptando-o a sociedade e ao meio em que estava inserido. Mas a educação não estava inserida nesses métodos, porque muitas vezes ela não era o foco desses profissionais, que através de seus próprios diagnósticos ainda não consideravam possível o desenvolvimento intelectual e pedagógico das pessoas com DI, pois – como já destacamos – eles eram considerados inválidos, incapazes de se desenvolver nesse aspecto, o que, na maioria das vezes, gerava outras limitações.

Somente a partir da década de 70 do século XX é que as escolas regulares e os seus profissionais começaram, embora timidamente, a acolher tais educandos. Ainda persistia, porém, a visão de que as pessoas com DI, em geral, eram diferentes e sem condição de participar da classe regular.

A deficiência intelectual, provavelmente, foi e ainda é a deficiência que mais gerou estigmas e preconceitos, pelo fato das pessoas não conseguirem acreditar nas capacidades de desenvolvimento dos indivíduos que apresentam tal condição, mesmo recebendo um atendimento educacional especializado.

Com essa intencionalidade de focar no indivíduo e em suas limitações, buscando métodos e soluções para amenizar essas dificuldades, a Educação Especial ministrada inicialmente de maneira segregada – embora tenha representado um grande avanço, frente à ausência total de atendimento que por

tanto tempo perdurou em relação a tais pessoas – foi percebida, principalmente a partir das últimas décadas, que ela não era totalmente eficaz. Reconheceu-se que a sua permanência era uma forma de propagação da segregação educacional dessas pessoas, desde a vivência em ambiente físico segregado às práticas educacionais individualizadas.

Percebendo essa limitação da Educação Especial, novas políticas foram criadas para a inserção das pessoas com deficiência nas escolas regulares, com base no paradigma da Integração. Esta

[...] foi considerada um dos princípios básicos da Educação Especial, sendo percebida como uma decorrência fundamental de outro princípio: o da normalização, que foi um conceito surgido nos países escandinavos. Esse princípio foi mais bem sistematizado por [...] estudioso escandinavo, o sueco Bengt Nirge<sup>1</sup>, em 1969. Esse teórico enfatizou bastante, em seus estudos, a questão dos meios e métodos que deveriam ser colocados à disposição das pessoas com deficiência mental a fim de poderem ser conduzidas a uma vida semelhante à das demais pessoas da sociedade onde vivem, de serem capazes de experimentar um padrão de vida comum à sua cultura e de utilizarem - o máximo possível - os serviços destinados à comunidade em geral, reduzindo-se assim os atendimentos segregativos.

[...] foi Wolfensberg (1969) - considerado por muitos estudiosos como o principal teórico da normalização - quem aprofundou mais a discussão sobre o tema e estendeu esse conceito às demais categorias de deficientes, além de o divulgar para os Estados Unidos e Canadá, sendo daí disseminado para todo o mundo. Ele se preocupou com a normalização dos meios e das condições de vida dessas pessoas - envolvendo aspectos familiares, educacionais, de moradia, de vestimenta, sexuais, profissionais, técnicos etc - como também com a normalização da imagem que possuem da sua representação social (MARTINS, 2015, p. 47).

Baseado neste novo paradigma buscou-se atender às necessidades destes indivíduos e de algumas minorias, que lutavam pelos direitos iguais de acesso à educação para todos. Através da Integração escolar foi procurado inserir na escola regular as pessoas com deficiência, existindo, porém, para tanto um amplo leque de

---

<sup>1</sup> Então, Diretor Executivo da Associação Sueca Pró-Crianças Deficientes.

opções educacionais, que ia do atendimento educacional em classes regulares, sem apoio de profissionais especializados, até o atendimento domiciliar.

Desta forma, para que fossem inseridos em uma classe regular os alunos com DI deveriam ser trabalhados antes, nas classes Especiais, e adaptados para acompanhar uma nova modalidade educacional na escola regular, pois a mesma não tinha a obrigação de se modificar para atender a uma minoria.

Abordando aspectos que permitem perceber a limitação da Integração, Batista; Mantoan (2007, p.13) afirmam:

O movimento de Integração escolar manteve as práticas adaptativas, com o objetivo de propiciar a inserção e/ou re-inserção de alunos com deficiência na escola comum, pelo treino dos mesmos conteúdos e programas de ensino regular.

Percebemos, portanto, que as pessoas que eram segregadas e afastadas do mundo “*normal*”, continuavam sofrendo preconceito e discriminação em um novo ambiente que foi criado para elas, mas que não foi construído pensando nelas. Inserir um indivíduo com qualquer tipo de necessidade especial dentro de uma classe regular, sem perceber e pensar em suas potencialidades e limitações é continuar a excluí-lo, pois se não somos capazes de tratar tais alunos tidos como “*diferentes*” com estratégias diversas, ou seja, sem procurar perceber seus aspectos individuais e criar práticas adequadas com vistas ao oferecimento de condições para superar as suas dificuldades, então, não estamos fazendo nada por eles.

Assim, a integração escolar pode ser

[...] entendida como uma forma condicional de inserção em que vai depender do aluno – ou seja, do nível de sua capacidade de adaptação às opções do sistema escolar – a sua integração, seja em uma sala regular, em uma classe especial, ou mesmo em instituições especializadas. Trata-se de uma alternativa em que quase tudo permanece inalterado, quase nada se questiona do esquema escolar então em vigor (MARTINS, op. cit, p.50).

Entendemos, com base no modelo Integrativo que foi desenvolvido até início da década de 1990, que embora não tenha propiciado avanços mais significativos para essas pessoas na educação ministrada na escola regular, com ele entendemos que foram dados os primeiros passos rumo à Educação Inclusiva, atualmente buscada.

Foi percebido, a partir do trabalho educacional empreendido, que muito podia e devia ser feito, mas que ainda era preciso compreender acerca dos ritmos diversos de aprendizado e reorganização das práticas pedagógicas para fossem conseguidas grandes conquistas para o sistema educacional como um todo e, principalmente, para a educação das pessoas com deficiência, entre as quais as que apresentam Deficiência Intelectual (DI). É nesse momento que surge a proposta, em nível mundial, da Educação Inclusiva, que envolve com uma visão mais avançada para a educação de pessoas com DI, procurando construir novas orientações e métodos, que até então pareciam impossíveis de serem construídos.

#### **4. UMA GRANDE CONQUISTA: A BUSCA POR UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Mesmo quando estudiosos percebem que algo precisa ser feito para auxiliar no desenvolvimento das pessoas com DI, muitos ainda fazem perguntas ou tiram conclusões mal elaboradas, do tipo:

- *Essas pessoas conseguem evoluir?*
- *Elas são agressivas?*
- *Como será feito contato com profissionais?,*
- *Quem está disposto a ajudar uma pessoa que é incapaz?,*
- *Os pais desses indivíduos podem levá-los para fora do ambiente familiar?.*

Esses são alguns dos questionamentos que surgiram e que ainda surgem, além da surpresa coletiva que se instalou na sociedade, na instituição escolar

quando descobriu que também teria que fazer sua parte para auxiliar na inclusão das pessoas com qualquer tipo de deficiência. Agora, teriam que tirar o foco das limitações de cada um, passar a observar e a criar possibilidades para o desenvolvimento individual e coletivo, livre de preconceito e de conceitos estigmatizantes.

A Educação Inclusiva surgiu com o discurso de “*Educação Para Todos*”, com o propósito de envolver os indivíduos na construção de uma sociedade mais justa, partindo do reconhecimento e da aceitação das diferenças, das particularidades e potencialidades que as pessoas com deficiência ou não têm que superar todos os dias. Assim, a

[...] consolidação do movimento pela inclusão como possibilidade de combater a exclusão e, ao mesmo tempo, responder às especificidades educacionais dos grupos desfavorecidos faz sentido social, político e econômico (FERREIRA, 2006, p. 218).

O modelo da inclusão, conseqüentemente, implica num

[...] repensar radical da política e da prática e reflete um jeito de pensar fundamentalmente diferente sobre as origens da aprendizagem e as dificuldades do comportamento. Em termos formais, estamos falando sobre uma mudança da ideias de “defeito” para um “modelo social” (MITTLER, 2003, p.25).

A Educação Inclusiva, ainda está sendo estudada e desenvolvida para melhor atender às necessidades que vão surgindo a todo o momento, pois já começa a ser reconhecido que cada ser humano tem suas peculiaridades, por isso não podemos esperar de uma pessoa – mesmo que apresente um déficit cognitivo – os mesmos resultados do outro em condição semelhante, porque cada um tem o seu tempo, seu momento, suas dificuldades e suas potencialidades, que precisam ser percebidas e desenvolvidas de maneira específica, de acordo com a sua evolução.

Nesse novo momento vem sendo buscado uma mudança na forma de pensar e de atuar pedagogicamente com as pessoas com DI. Assim, estas não são mais treinadas e adaptadas para entrar na escola regular. Agora são as instituições regulares que são desafiadas a fazer transformações em diversos aspectos de maneira a se tornarem acessíveis a todos, sem distinção, derrubando as barreiras atitudinais e pedagógicas ainda existentes.

Há um incentivo maior da parte dos sistemas públicos no sentido de ser propiciada uma Educação Continuada para os profissionais de educação, com foco nesse novo momento educacional, de maneira a serem capazes de adaptar currículos e práticas pedagógicas aos educandos. Agora se reconhece que é preciso que cada um faça o seu papel, desconstruindo toda uma cultura preconceituosa e limitadora, que regia a vida das pessoas com DI, segregando-as de todas as formas de educação.

Neste sentido, Martins (2006, p.18) afirma que:

Atualmente, de uma maneira gradativa, vem sendo reconhecido que a inclusão, no ambiente comum de ensino, daqueles que são comumente excluídos – entre os quais se encontram aqueles que apresentam necessidades educativas especiais mais significativas e que em geral, estão entre os que constituem os maiores alvos de estigmas sociais de toda ordem – é essencial para a sua dignidade e para o exercício dos seus direitos humanos.

Quando percebemos a função social da escola e trabalhamos para isso, bons resultados surgem para todos os envolvidos. Perceber que as pessoas com DI precisam de uma atenção e um apoio maior é cumprir com nosso papel enquanto educadores e efetivar o seu direito de acesso ao saber, enquanto cidadão. Quando o conhecimento é construído pensando em um todo e não somente em algumas partes que serão privilegiadas, os bons resultados serão usufruídos por cada um. Por exemplo, quando um professor resolve modificar sua prática pedagógica na sala de aula para atender às necessidades dos seus alunos com DI, esse processo acarretará modificações para toda a turma que está inserida nesse processo de aperfeiçoamento, trazendo ganhos para todos. A respeito dessa necessidade de novas práticas inclusivas, Mittler (2003, p.236) afirma:



A Inclusão não é a colocação de cada criança individual nas escolas, mas é criar um ambiente onde todos os estudantes possam desfrutar o acesso e o sucesso no currículo e tornar-se membros totais da comunidade escolar local, sendo, desse modo, valorizados.

Com toda essa evolução educacional voltada para as pessoas com deficiência, surgem novas propostas, novas leis, novos métodos e práticas de ensino, novas relações familiares e sociais, novas pesquisas, principalmente, novos ganhos para o ensino em geral, que acaba sendo enriquecido com todo esse processo de evolução.

#### **4.1. Alguns marcos legais relativos à Educação numa perspectiva inclusiva**

Mesmo com leis e documentos existentes, sabemos que muito ainda precisa e deve ser feito, mas aos poucos estamos caminhando para uma educação de qualidade para todos. Como Carvalho (2004) nos fala, este é o momento de incluir os que são socialmente excluídos de forma a fazer com que o ensino seja voltado para eles e não somente jogá-los em espaços novos, utilizando métodos antigos, pois isto é continuar a propagação da marginalização dessa classe minoritária, que tanto sofreu e que ainda sofre com o preconceito e com a falta de incentivo da sociedade.

Foi observando essa exclusão e marginalização de pessoas com deficiência nos espaços sociais e educacionais que surgiram leis, ao longo das últimas décadas, que foram sendo aprimoradas e adaptadas, até conseguirem estabelecer padrões inclusivos para esse grupo, que até então não era pensado como merecedor de direitos, pelo fato de ser constituído por pessoas tidas como diferentes. Isto decorre, muitas vezes, do preconceito ainda existente.

O preconceito é algo que sempre prejudicou e prejudica a todos que fogem dos padrões pré-definidos por uma pequena classe dominadora, que, por motivos

históricos, se sente superior a qualquer outra, excluindo de seu círculo qualquer pessoa que não siga os seus padrões.

A esse respeito, Oliveira (2006, p. 100) destaca que

[...] A escola, também, reproduz representações sociais estigmatizadas de pessoas consideradas “diferentes” por fatores de capacidades, etnia, gênero e classe, contribuindo para a exclusão de todos/as que não se enquadram nos referenciais culturais estabelecidos.

Assim, a forma como as pessoas que apresentam necessidades especiais são referidas: “inúteis”, “anormais”, “incapazes”, *onde, como e por quem* são atendidas constituem fatores socioeducacionais de determinação de “diferença” em relação às consideradas “normais”.

Algumas leis vêm sendo elaboradas desde a década de 1960, visando a garantia dos direitos das pessoas com deficiência, no país, mas é principalmente a partir da Constituição de 1988 que elas tomam maior proporção para esse segmento da população, que até então ainda era excluído e recolhido dentro de seu âmbito familiar, para fugir da discriminação social ou encaminhado a instituições especializadas.

A constituição é um documento geral, que engloba diversos aspectos do direito individual de todos os cidadãos brasileiros. Foi a partir, principalmente, das últimas constituições elaboradas no país, que os grupos minoritários no Brasil começaram, de forma gradativa, a ter mais visibilidade, a se sentirem como cidadãos possuidores de direitos e, assim, começaram a buscar novas alternativas para por em prática o que estava escrito na legislação.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 3º, inciso IV fala que os objetivos principais do país são “[...] promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” Ou seja, não é permitido por lei, que haja, nos diversos âmbitos sociais, qualquer tipo de discriminação, independentemente das diferenças que existem entre cada cidadão brasileiro. Assim, as pessoas com deficiência não podem mais ser excluídas da

sociedade, pelo contrário, chega o momento de se começar a agir para reverter todo o quadro de exclusão ao qual esse grupo estava inserido por motivos históricos.

Depois do avanço que a constituição brasileira de 1988 propiciou em relação à eliminação do preconceito, aconteceu no período de 7 a 10 de junho de 1994, na Espanha, com cooperação da UNESCO, um evento com proporções mundiais, em defesa dos direitos das pessoas com deficiência, que resultou na denominada Declaração de Salamanca. Tal encontro foi realizado contando com representantes de 92 países e 25 organizações internacionais, buscando contribuir para a construção de políticas reais de aplicação da “Educação Para Todos”.

A partir dessa disseminação dos princípios e recomendações contidas no documento, algumas políticas mais efetivas começaram a ser desenvolvidas nas escolas, proporcionando o início da inclusão das pessoas com deficiência nas escolas regulares.

Segundo a Declaração de Salamanca (1994, p. 3), o

[...] princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes, super-dotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. [...] Escolas devem buscar formas de educar tais crianças bem-sucedidamente, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas.[...]

Analisando esse documento é possível constatar que algo realmente precisa ser feito para tornar a escola um ambiente para todos, livre de discriminação, receptivo às diferenças e capaz de superá-las, partindo da valorização das possibilidades individuais e do reconhecimento de que todos são capazes, basta cada um se esforçar para buscar bons resultados. Isso implica na colaboração de toda a comunidade escolar, do próprio aluno e de sua família, unidos por uma “Educação para Todos”. Podemos compreender um pouco mais sobre o respeito à diversidade quando Martins (2011, p. 31) afirma:

Somente refletindo sobre a diversidade, partindo do princípio da dignidade humana, é que podemos exercer uma prática educativa voltada para diminuir as desigualdades que se fazem presentes nos processos de inclusão de pessoas com deficiência intelectual, assim como de outras deficiências, transtornos ou altas habilidades. O princípio do direito à diversidade deve servir de referência para todas as nossas ações educativas.

Quando falamos do respeito à diversidade, devemos perceber que cada pessoa, por ser única, tem as suas especificidades, mesmo assim os indivíduos com deficiência intelectual ainda têm muita dificuldade para fazer valer seus direitos, pois, por falta de informação, ainda existe muito preconceito em relação a eles, como se fossem incapazes de evoluir e de aprender. Entendemos que as pessoas aprendem, evoluem, mas alcançam objetivos distintos, independente de deficiência.

Existe uma visão errônea de que o trabalho feito com quem tem deficiência intelectual é algo que não trará resultado. Por isso, necessário se faz que todos conheçam essas leis e documentos, principalmente os familiares, para que possam buscar, até mesmo pela obrigatoriedade, acompanhamento específico para os filhos com deficiência.

É importante destacar, também, outra lei que trouxe benefícios e avanço para as pessoas com deficiência dentro do âmbito escolar. Foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, no Artigo 59, que trata da Educação Especial, preceitua que:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Essa parte do documento fala da necessidade de incluir tais pessoas, de forma igualitária, no ambiente regular de ensino, trazendo para elas todos os benefícios que as outras pessoas já gozam. Agora, por lei, a instituição escolar deve atender a todos, independente de suas especificidades.

A capacitação dos professores é outro tópico que deve ser observado, pois sem a devida preparação desses profissionais, o preconceito e a exclusão continuarão acontecendo dentro das salas de aula, pois, por falta de conhecimento, eles não irão em busca de novos métodos e da adaptação do ensino para conseguir atingir a todas as crianças.

Outro documento de grande importância para a construção de espaços inclusivos é a Resolução CNE/CEB nº 2/2001, das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, que trata de algumas particularidades do ensino inclusivo nas escolas regulares. É um documento mais atual e que vai seguindo a evolução das leis para atender às necessidades das pessoas com deficiência. No artigo 2º aborda a obrigatoriedade da matrícula de todos os alunos, independente de suas especificidades, sendo a escola responsável por se adaptar física e pedagogicamente para atender às novas demandas dos alunos que vão surgindo.

O aluno com deficiência já não é mais obrigado a ser treinado nas classes especiais para só depois ter acesso às classes comuns, já que é seu direito matricular-se na escola regular. É a escola que deve buscar soluções para

responder às necessidades dos educandos. Qualquer tipo de barreira que apareça dentro da escola deve ser derrubada, em prol do ensino de qualidade para todos.

Acompanhando os avanços da sociedade e a busca pelos direitos dos grupos socialmente excluídos, em 2008 é publicado pelo MEC/SECADI a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que reúne e faz comentários sobre vários documentos e leis relativas à inclusão e aos direitos das pessoas com deficiência, como uma forma mais prática e eficaz de fazer chegar ao conhecimento de todos. Isso contribui para diminuir o quadro de discriminação e de falta de informação existente, ajudando a quem precisa dessas leis. Além disso, mostra também dados que representam as melhorias que vêm acontecendo após a aplicação dessas leis, além de dar novos horizontes para que melhorias continuem sendo feitas.

Muitas leis foram e estão sendo adaptadas para atender às novas demandas, que vão surgindo com a evolução da sociedade, mas elas não terão efeito algum se não forem colocadas em prática. Por isso, faz-se necessário a sua divulgação, pois é através da informação que as pessoas podem ir em busca de seus direitos, fazer com eles saiam do papel e sejam efetivados na prática.

Consideramos que uma das conquistas relativas às pessoas que apresentam deficiência foi a estruturação do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Falemos um pouco sobre o tema.

#### **4.2. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas Escolas Regulares**

A Educação Inclusiva surgiu com o intuito de melhorar o ensino e fazê-lo atingir a todas as pessoas, apresentem deficiência ou não. Assim, novas práticas e conhecimentos devem ser desenvolvidos para fazer com que o ensino seja mais acessível, prático e, ao mesmo tempo particular, percebendo, compreendendo e atuando diante das dificuldades que vão surgindo na sala de aula.

Na fase atual da Educação Especial, torna-se necessário repensar os métodos que, de alguma forma, trouxeram benefícios para as pessoas com deficiência. Neste momento as Classes Especiais foram extintas em quase todo país, dando lugar à educação no ambiente comum de ensino. Os alunos com deficiência têm direito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), que é ofertado em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), nas escolas regulares, por profissionais qualificados para atender às necessidades específicas desses educandos. Tal atendimento busca garantir o reconhecimento e o atendimento das particularidades de cada educando com deficiência.

Assim, o AEE:

[...] para o aluno com deficiência mental deve permitir que esse aluno saia de uma posição de “*não saber*”, ou de “**recusa de saber**” para se apropriar de um saber que lhe é próprio, ou melhor, que ele tem consciência de que construiu. (BATISTA; MANTOAN. 2007, p. 23)

Nas Salas de Recursos Multifuncionais os indivíduos são incentivados a interagir com o ambiente, a construir o conhecimento e são avaliados pelos progressos que alcançam nas diferentes áreas, sendo levados sempre em consideração os conhecimentos prévios de cada um, os seus interesses, os objetos ou pessoas que facilitam ou dificultam sua aprendizagem. É um espaço de construção da autonomia, livre de atividades repetitivas, fragmentadas e sem sentido, que somente visavam o treinamento, longe de permitir o desenvolvimento intelectual de cada um.

Neste sentido, Batista e Mantoan (2007, p. 23), ressaltam que o

Atendimento Educacional Especializado para pessoas com deficiência mental está centrado na dimensão subjetiva do processo de conhecimento. O conhecimento acadêmico refere-se à aprendizagem do conteúdo escolar; o Atendimento Educacional Especializado, por sua vez, refere-se à forma pela qual o aluno trata todo e qualquer conteúdo que lhe é apresentado e como consegue significá-lo, ou seja, compreendê-lo.

É importante insistir que o Atendimento Educacional Especializado não é ensino particular, nem reforço escolar. Ele pode ser realizado em grupos, porém é preciso estar atento para as formas específicas de cada aluno se relacionar com o saber.

Tratam-se ações que buscam utilizar estratégias distintas para impulsionar o desenvolvimento das funções psicológicas do aluno e para auxiliá-lo na formação de conceitos.

Quando o AEE é ofertado na mesma escola do ensino regular, onde o aluno com deficiência intelectual estuda, facilita a interação do aluno com a equipe pedagógica da escola, com a família e também favorece um diálogo entre o professor da classe regular e o da sala do AEE. Isto ajuda na construção de uma linearidade do ensino, fazendo que o aluno perceba, de forma mais evidente, o que está sendo trabalhado com ele, partindo da comunicação entre esses profissionais que atuam em ambientes diferentes e que buscam estimular o conhecimento.

Sobre isso Ropoli et al ( 2010, p. 19) afirmam:

Os professores comuns e os da Educação Especial precisam se envolver para que seus objetivos específicos de ensino sejam alcançados, compartilhando um trabalho interdisciplinar e colaborativo. As frentes de trabalho de cada professor são distintas. Ao professor da sala de aula comum é atribuído o ensino das áreas do conhecimento, e ao professor do AEE cabe complementar/suplementar a formação do aluno com conhecimento e recursos específicos que eliminam as barreiras as quais impedem ou limitam sua participação com autonomia e independência nas turmas comuns do ensino regular.

O AEE quando é empreendido de maneira eficaz, contando com a parceria da escola regular, auxilia não somente o aluno, mas também o professor e a escola como um todo, articulando conversas, trocas de experiências, estratégias e práticas que possibilitem a ampliação da participação e aprendizado desses alunos. Socializar esses alunos é uma forma de incluí-los na sociedade, livre do preconceito e mostrando que as pessoas com DI também são capazes de se desenvolverem e evoluir, mas para isso, algo de construtivo deve ser feito e pensado, para que seja



possível vencer as limitações que vão surgindo no decorrer do processo educativo. Assim Gomes; Poulin; Figueiredo (2010, p. 9) afirmam:

No trabalho do AEE, o professor exerce um papel importante na construção do conhecimento do aluno. O aluno com deficiência intelectual constrói conhecimentos exercitando sua atividade cognitiva que é estimulada pela intervenção intencional desse professor.

O trabalho do professor de AEE consiste na gestão dos processos de aprendizagem, na avaliação desse processo e em seu acompanhamento.

O AEE foca na construção do conhecimento dentro das potencialidades do aluno, em parceria com o professor da classe regular. A avaliação deve ser empreendida em processo, tomando por base esse desenvolvimento individual, analisando a respeito do que ele foi capaz de construir sozinho ou com ajuda de um mediador, sem haver uma preocupação com aferição de notas.

Embora o AEE exerça um papel relevante na perspectiva da educação inclusiva de educandos com deficiência intelectual, pois envolve um trabalho amplo na escola, o professor atuante na classe regular precisa ser preparado e acompanhado por profissionais que possam trazer orientações sobre o trabalho pedagógico, em processo de desenvolvimento, pois cada aluno tem suas especificidades e precisa receber estímulos adequados às suas necessidades e capacidades.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando tudo o que foi estudado, é possível perceber que as pessoas com deficiência intelectual estão conquistando mais espaços e que seus direitos vão sendo garantidos gradativamente. Ainda existe, porém, uma luta diária para que a inclusão dessas pessoas seja feita no âmbito escolar e social.

Os avanços são lentos, levando em consideração todo o processo histórico de exclusão desse grupo, mas a sociedade está cada vez mais disposta a aceitar a diversidade como algo real e necessário.

Percebemos, no entanto, que ainda existe certa resistência por parte de muitos professores e de algumas escolas e, diante disto, estudos devem ser feitos e compartilhados para desmistificar conceitos errôneos e derrubar preconceitos, pois sem informações concretas e corretas a inclusão não poderá ser feita de forma efetiva.

Sabemos que apenas inserir na sala de aula as crianças com DI é continuar com a exclusão. Para incluirmos esses alunos, de fato, no ambiente regular de ensino, é preciso aceitação das diferenças, adequações, compreensão e profissionalismo dos que acompanham a comunidade escolar. Devemos desconstruir todo e qualquer conceito mal elaborado, revertendo as informações e posturas erradas em práticas inclusivistas, reconhecendo as diferenças e percebendo que algo deve ser feito para a melhoria do ensino para **todos**.

As escolas devem reconhecer as barreiras físicas, atitudinais e pedagógicas ainda existentes, que limitam muitas vezes o ensino para os alunos, envolvendo neste contexto especialmente aqueles que não são considerados “*normais*”, em decorrência de alguma deficiência que apresentam. Quando melhorias são feitas para atender à demanda das pessoas com deficiência, todos os alunos acabam ganhando, pois as práticas pedagógicas passam a ser elaboradas levando em consideração as especificidades de cada aluno, priorizando resultados na aprendizagem.

Concordamos com Glat; Blanco (2009, p. 16), quando abordam aspectos relativos a essa nova etapa da educação, afirmando:

Mais do que uma nova proposta educacional, a Educação Inclusiva pode ser considerada uma nova cultura escolar: uma concepção de escola que visa ao desenvolvimento de *respostas educativas* que atinjam a todos os alunos. Diferencia-se, assim, da escola tradicional, que exige a adaptação do aluno às regras disciplinares e às suas formas de ensino, sob pena de punição e/ou reprovação.

A sociedade precisa compreender que é dever de todos a inclusão das pessoas com deficiência – envolvendo neste contexto aqueles que apresentam DI –

e das minorias, livre de preconceito e aceitando que a diversidade é algo que existe, que tais indivíduos não podem ser marginalizados, excluídos, que as leis foram feitas para dar direitos iguais a todos, mas que elas de nada servirão se não forem colocadas em prática. Assim, o conhecimento é a melhor ferramenta para a efetivação dessas leis, favorecendo uma educação para todos, sem distinções.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, Cristina; MANTOAN, Maria. Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Mental. In Adriana L. Limaverde Gomes et al. **Deficiência Mental**. São Paulo: MEC/ SEESP, 2007. p. 13 – 42.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br < /ccivil\\_03 /constituicao/Constituicao.htm>](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm). Acesso em 26 de novembro 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lbd.pdf>>. Acesso em: 26 de novembro de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: SEESP/MEC, 2008. Disponível em: <[http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica\\_nacional\\_educacao\\_especial.pdf](http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf)>. Acesso em 26 de Novembro de 2015.

BUSCAGLIA, Leo. **Os deficientes e seus pais**. Tradução de Raquel Mendes. 3 ed. Rio de Janeiro: Record: Nova Era, 1997.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

**Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em 26 de Novembro 2015.

FERREIRA, Windyz. Inclusão X exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca. In David Rodrigues(org). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006, p. 212, 238.

GLAT, Rosana; BLANCO, Leila. Educação Especial no Contexto de uma Educação Inclusiva. In: Rosana Glat (Org). **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, p.15, 35.

GOMES, Adriana L. Lima Verde; POULIN, Jean-Robert; FIGUEIREDO, Rita Vieira. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: o Atendimento Educacional Especializado Para Alunos com Deficiência Intelectual**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial de Fortaleza; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/publicacoes?id=17009>> Acesso em: 24 de Novembro de 2015.

LIMA, Francisco José. Ética e Inclusão: o Status da Diferença. In Lúcia de Araújo Ramos Martins et al. (orgs). **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. p.54-66.

MARTINS, Lúcia. Inclusão escolar: algumas notas introdutórias. In Lúcia de Araújo Ramos Martins et al. (orgs). **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos; DANTAS, Dulciana de Carvalho Lopes. **Inclusão Escolar de Alunos com Deficiência Intelectual: Módulo 8**. Natal, RN: EDURFRN, 2011, p.48.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno. Saberes, imaginários e representações sobre pessoas que apresentam necessidades especiais no cotidiano escolar. In: MARTINS et al. **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006. p.97-105.

RAIÇA, Darcy. **10 Questões sobre a educação inclusiva da pessoa com deficiência mental**. São Paulo: Avercamp, 2006.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia Científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

ROPOLI, Edilene Aparecida. Et al. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a Escola Comum Inclusiva**. Vol. 1. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/publicacoes?id=17009>> . Acesso em: 24 de Novembro de 2015.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma Sociedade Para Todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.